manchete

Diário Notícias

03-01-2014

Periodicidade: Diario
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 56361
Temática: Política
Dimensão: 1487
Imagem: S/Cor
Página (s): 4/5

Orçamento do Estado para 2014

Cada corte parece ter um valor distinto

Os acórdãos saídos do Palácio Ratton foram ganhando importância ao correr dos últimos anos. Se o último orçamento de Sócrates foi integralmente respeitado pelo TC, que não deu razão a PCP e BE, os primeiros dois de Passos Coelho foram "desbastados". E se o pedido de apenas alguns socialistas e dos bloquistas não teve efeitos retroativos, já a "aliança" entre Belém e as oposições foi crucial.

FERNANDO MADAÍL

Medidas que estavam em causa

Quem pediu a fiscalização

O que decidiu o Tribunal Constitucional

Cavaco invoca pareceres sobre OE, que não divulga

Fiscalização. Belém não enviou Orçamento para Tribunal Constitucional porque pareceres "não apontam para a inconstitucionalidade das normas orçamentais". Mas não os revela

MIGUEL MARUJO

A Presidência da República confirmou ontem que – como já se percebia da mensagem de ano novo de Cavaco Silva – não tem dúvidas constitucionais sobre o Orçamento do Estado (OE) para 2014. E fê-lo invocando pareceres pedidos pelo Presidente da República, que, questionada pelo DN, se recusa a divulgar.

"Os pareceres sobre o OE 2014 que o Presidente da República solicitou, tendo presente a jurisprudência do Tribunal Constitucional, não apontam para a inconstitucionalidade das normas orçamentais", sublinhou fonte oficial de Belém, interpelada pela Agência Lusa.

Ao DN – que procurou saber quantos pareceres foram solicitados, quem os fez e a argumentação produzida – a assessoria para a Comunicação Social apontou que "é prática da Presidência da República não proceder à divulgação pública do conteúdo e outros pormenores dos pareceres que produz, ou obtém, no âmbito do processo de decisão do Presidente da República".

No último sábado, o conselheiro de Estado e antigo líder do PSD, Marques Mendes, defendeu que Cavaco Silva não enviaria o OE para análise dos juízes do Palácio Ratton. E explicava esta sua "intuição" com o facto de a convergência de pensões ter sido legislada à parte (apesar de ter impacto no OE e já ter sido chumbada pelo Tribunal Constitucional) e de os juízes já terem avaliado e admitido, no OE para 2011, com o Governo de José Sócrates, cortes aos salários dos funcionários públicos. À época, a taxação foi entre 3,5% e 10% para vencimentos superiores a 1500 euros, agora o Governo propõe 2,5% a 12% para salários a partir de 675 euros.

O constitucionalista Jorge Bacelar Gouveia sublinhou ao DN que os cortes alargados a mais pessoas podem ser "a zona nova" para avaliação do Tribunal Constitucional, "apesar de serem cortes limitados, com taxas baixas". Mas uma eventual inconstitucionalidade da lei do Orçamento pode vir daqui, antecipou.

Para o professor universitário, os juízes não têm ainda margem de manobra para decidir de modo contrário àquele que decidiram no seu Acórdão 396/2011. "A medida [os cortes] ainda não foi repetida vezes suficientes para que o Tribunal Constitucional possa avaliar que aquilo que era temporário passou a definitivo", defendeu. "Não é uma questão para agora", insistiu, dizendo que daqui a uns dois anos (e mantendo o governo, "este ou outro", estas medidas) essa será "uma questão controversa".

Já outro constitucionalista, também ouvido pelo DN, rejeitou existir "uma causa-efeito" entre o acórdão de 2011 e uma futura fiscalização, que irá ser suscitada pelos partidos da oposição (*ver texto nestas páginas*). Pedro Bacelar de Vasconcelos defendeu que "o juízo que o tribunal exprime é sempre em função do normativo e da conjuntura, que é tomada em conta se for considerada relevante".

Falando num "plano concetual", o professor universitário sublinhou que "os argumentos que justificam a excecionalidade" têm de ser verosímeis. "É preciso ter em conta a consistência da argumentação apresentada e o horizonte temporal" das medidas, notou. E Bacelar de Vasconcelos insistiu que "tem de haver um nexo que justifique [esse período temporal], têm de ser verosímeis as condições que justifiquem a permanência dessa exceção".

Há um ano, quando da sua mensagem de ano novo, o Presidente da República anunciou que ia pedir ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva de várias normas, com os juízes a acolherem as dúvidas presidenciais sobre a suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalente e a suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalentes de aposentados e reformados. A contribuição extraordinária de solidariedade – que o Governo vai recuperar agora – foi validada pelo TC.

VALORES

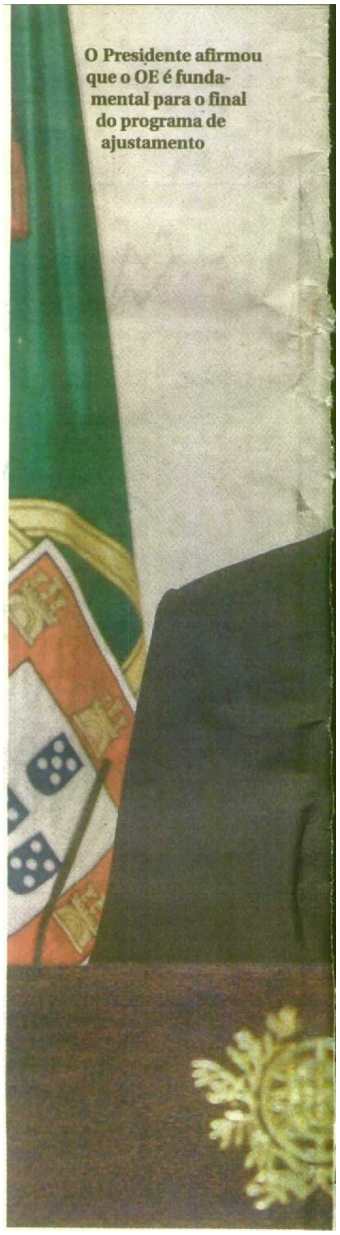
Medida vale 620 milhões

Com o chumbo da convergência das pensões, os novos cortes salariais perfilam-se como medida de redução de despesa mais relevante. A poupança por esta via está avaliada em 620 milhões de euros e soma aos 400 milhões que vem de 2011

CORTES

600 mil vão receber menos

O novo regime de cortes salariais entre 2,5% e 12% aplica-se a todos os que recebem mais de 675 euros brutos por mês. O universo de pessoas abrangidas ascende a 600 mil, entre funcionários públicos e trabalhadores de empresas públicas.



O Presidente afirmou que o OE é fundamental para o final do programa de ajustamento

manchete

Diário Notícias

03-01-2014

Periodicidade: Diario
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 56361
Temática: Política
Dimensão: 1487
Imagem: S/Cor
Página (s): 4/5

2011	2012	2013
› Cortes salariais, argumentando-se que a medida violava os princípios do Estado de direito e da igualdade, bem como os direitos fundamentais à não redução do salário e de as entidades representativas dos trabalhadores participarem na elaboração da legislação laboral.	› Cortes de subsídios de férias e de Natal a pensionistas do sector privado e a suspensão do pagamento dos mesmos subsídios a funcionários públicos ou aposentados violariam princípios do Estado democrático, como os da proteção da confiança, da proporcionalidade e da igualdade.	› Redução remuneratória, extensível a contratos de docência e de investigação; suspensão do pagamento de subsídio de férias a funcionários públicos, aposentados e reformados; contribuição sobre prestações de doença e de desemprego; contribuição extraordinária de solidariedade; etc.
› Apenas as bancadas parlamentares do PCP e do BE.	› Um grupo de 17 deputados do PS (dinamizado por Alberto Costa, Vitalino Canas, Isabel Moreira) e os oito do BE. A direção do PS demarcou-se.	› O Presidente da República, o PS, o PCP e o BE (os dois partidos mais à esquerda num documento conjunto) e o provedor de Justiça.
› O Tribunal Constitucional decidiu não declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos três artigos em causa na Lei do Orçamento do Estado para 2011. Os juízes Carlos Pamplona de Oliveira, José Cunha Barbosa e João Cura Mariano votaram vencidos, apresentando declarações de voto.	› Os juízes declararam a inconstitucionalidade das normas (com três votos contra, sendo um o do então presidente Moura Ramos), justificando a decisão com a violação do princípio da igualdade. Mas, uma vez que a execução orçamental se encontrava já "em curso avançado", determinaram que a decisão não tivesse efeitos naquele ano.	› O acórdão do Palácio Ratton declarou inconstitucionais a suspensão do subsídio de férias dos funcionários públicos e dos pensionistas, a redução de salários estendida à docência e investigação e a contribuição dos subsídios de desemprego e doença. Os restantes artigos foram considerados de acordo com a lei fundamental.

JOÃO GIRÃO/GLOBAL IMAGEN

Deputados do PS apontam quatro artigos

PARTIDOS Socialistas, comunistas e bloquistas devem avançar com pedidos de fiscalização "nos próximos dias"

Socialistas, comunistas e bloquistas vão avançar "nos próximos dias" com o pedido de fiscalização sucessiva do texto do Orçamento do Estado. Nas vésperas do ano novo, o líder do PS falava da "entrada em vigor do Orçamento do Estado que inclui normas (referentes a salários e a pensões) sobre as quais recaem fortes dúvidas quanto à sua constitucionalidade". Ontem, num requerimento divulgado pela Agência Lusa, soube-se que pelo menos parte da bancada socialista já tem quatro artigos na mira, referentes à redução remuneratória, subvenções vitalícias, pensões de sobrevivência e contribuição sobre prestações de doença e desemprego.

Numa declaração de voto, assinada por 38 deputados do PS – entre os quais os "vices" da bancada, José Junqueiro, António Braga, Mota Andrade e Marcos Perestrello, e os ex-ministros Jorge Lacão e Alberto Costa – e só agora conhecida, defende-se que estas normas violam os princípios "da igualdade na repartição dos encargos públicos, da proteção da confiança e da proporcionalidade".

> "[É violada] igualdade na repartição de encargos públicos, proteção da confiança e proporcionalidade"
>
> **DEPUTADOS DO PS** DECLARAÇÃO VOTO

Também o PCP e o BE estão a trabalhar para pedir essa fiscalização, mas as duas bancadas necessitam de se entenderem (somando os votos dos deputados dos Verdes) para poderem avançar com um pedido autónomo. "Vamos tomar a iniciativa, estamos a trabalhar no requerimento a entregar ao Tribunal Constitucional", afirmou ontem Jorge Pires, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, no final de uma conferência de imprensa realizada na sede do partido, em Lisboa, citado pela Lusa. M.M.

UGT pede audiência com urgência

BELÉM Carlos Silva quer ser recebido por Cavaco, provedor de Justiça e deputados para exigir fiscalização do OE

A UGT vai pedir hoje com "carácter de urgência" audiências ao Presidente da República, ao provedor de Justiça e aos grupos parlamentares para exigir a fiscalização sucessiva do Orçamento do Estado para 2014.

"A UGT vai enviar [amanhã de manhã] por escrito ao Presidente da República, ao provedor de Justiça e aos grupos parlamentares um pedido para que solicitem ao Tribunal Constitucional (TC) a fiscalização sucessiva do OE2014", disse ontem à Lusa o líder da estrutura sindical, Carlos Silva.

Perante a posição do Chefe do Estado de não pedir a fiscalização suces-siva, Carlos Silva considerou que Cavaco Silva "não se pode demitir das suas competências" e que "os portugueses merecem mais respeito do que a *troika* e os mercados".

> "Os portugueses merecem mais respeito do que a 'troika' e os mercados"
>
> **CARLOS SILVA** LÍDER DA UGT

A UGT vai solicitar também audiências "com carácter de urgência" ao Presidente da República, ao provedor de Justiça e aos grupos parlamentares para "transmitir de viva voz" as preocupações da estrutura sindical "para que o OE2014 não continue a violentar os portugueses, à semelhança do que aconteceu com o Orçamento do Estado para 2013".

Também o secretário-geral da CGTP vai solicitar "reuniões urgentes" às bancadas, reclamando a fiscalização sucessiva do OE2014, enquanto acusa o Presidente de não defender a Constituição. "Creio que foi uma declaração [de Ano Novo] que pode corresponder aos interesses partidários do PSD e do CDS, mas que vai contra a Constituição da República Portuguesa e é contraditória até com o desígnio dos direitos de cidadania defendidos pelo senhor Presidente da República", afirmou Arménio Carlos.

Juros da dívida ao mínimo desde a crise política

TAXAS Boas notícias para Portugal: os juros da dívida soberana a dois e cinco anos recuaram ontem para mínimos anteriores à crise política gerada pela saída de Vítor Gaspar das Finanças e da "demissão irrevogável" de Paulo Portas, no verão do ano passado. Ao fim da tarde, os juros a dois anos estavam a negociar a 2,923%, depois de terem recuado de 3,324% para 2,817%, o valor mais baixo desde junho; a cinco anos, a taxa exigida pelos investidores caiu para 4,684%, bem abaixo dos 5,037% de terça-feira; e nas obrigações do Tesouro a 10 anos recuou a 5,838% (era 6,130%), o mínimo desde novembro. A descida dos juros é crucial para Portugal ter acesso ao mercado e evitar novo programa de assistência financeira. A reviravolta das taxas depois de Cavaco Silva ter esclarecido que não pedirá a fiscalização sucessiva do Orçamento de 2014 e ter apelado de novo a um "compromisso de salvação nacional" entre Governo e oposição, não foi exclusiva de Portugal: em Espanha e Itália, as taxas tocaram mínimos históricos, enquanto a dívida alemã subiu. "Os investidores estão a perguntar-se: porquê investir na Alemanha quando tenho o dobro da rendibilidade em Itália ou Espanha?", referiu a economista do Rabobank, Emile Cardon, à Reuters. A dar confiança aos investidores para assumirem maior risco está a expectativa de recuperação da zona euro – em especial dos periféricos.